FESTAS POPULARES: O NEGRO E O BRANCO COMO CONSTRUTORES DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

MARIA CRISTINA CAPONERO*

EDSON LEITE**

SIMONE PEREZ***

INTRODUÇÃO

O Brasil está diante de uma nova noção de patrimônio, o imaterial, o que levou o conceito "patrimônio" a assumir outros sentidos além dos já assimilados. Em sua origem, o conceito de patrimônio estava associado ao individual, à herança familiar, aos bens materiais com valor de mercado ou, em alguns casos, com valor estimativo. Foi na França, no século XVIII, que começou a ser fecundado, e acabou ganhando forma, o conceito moderno de patrimônio, associado ao coletivo. O poder público, por meio da legislação, passou então a proteger monumentos de valor histórico para as nações e criou órgãos que oficialmente constituídos passaram a nomear e a proteger esses bens.

A partir de 1789, com a Revolução Francesa, alterou-se toda a estrutura de Estado ao por fim à figura do soberano absoluto. A instauração da República, baseada no tripé da revolução – '*liberté, egalité, fraternité*', foi possível apenas por meio da cidadania. Para isso, foi necessário criar meios para que os cidadãos compartilhassem – em um território delimitado – valores e costumes supostamente comuns, independentemente de suas origens. A França e diversos outros países europeus iniciam, nesse período, a gestação do que seria a base do Estado Nacional posteriormente concebido, composto por um conjunto de cidadãos que se identificavam pela língua,

* Mestre em Estética e História da Arte e em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e doutoranda em História da Arquitetura e do Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (criscaponero@usp.br)

** Livre-docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades e do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo (edsonleite@usp.br)

*** Jornalista e mestranda em Estética e História da Arte pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo (simoneperez@usp.br)

pela cultura, e pelo território. Políticas educacionais foram essenciais na propagação da ideia de pertencimento a uma nação e da construção de uma identidade nacional.

O fim da Segunda Guerra Mundial, a criação da ONU e diversas cartas patrimoniais internacionais fizeram com que a preocupação com o patrimônio extrapolasse fronteiras e em todo o mundo passou-se a pensar no reconhecimento de patrimônios nacionais, pensamento que foi intensificado ao longo de todo o século XIX. Ao se criar os costumes nacionais foi preciso sobrepor a história nacional às memórias individuais e regionais. Dessa forma, por meio do Estado Nacional, o patrimônio se constituiu por muito tempo como uma base cultural e simbólica aparentemente homogênea e unificadora, por mais distintos que fossem os grupos sociais e étnicos de um mesmo território. Nesse sentido, a noção de patrimônio pode ser considerada como uma construção com fins políticos, de caráter oficial, planejada e que, embora tivesse sido criada para representar o passado histórico e cultural de uma nação, em seu bojo trazia uma representação excludente e não unificadora, mesmo que aparentemente envolvesse cidadãos e poder público.

Durante séculos essa noção de patrimônio ficou presa ao patrimônio material, ao arquitetônico, aos monumentos, sítios, conjuntos ou mesmo formações geológicas. Foi apenas na segunda metade do século XX, mais precisamente a partir da década de 1970, que a noção de patrimônio se ampliou, assumindo a nova noção de patrimônio cultural, que passaria a englobar o histórico e o artístico. Até então, a história no Brasil sempre apresentava o negro e o branco pobre como trabalhadores, não consumidores e menos ainda como produtores de cultura, fazendo com que a maior parte da nação brasileira se sentisse excluída do campo cultural, não reconhecendo o patrimônio cultural como sendo seu, justamente por ser um produto pertencente ao pequeno grupo de elite.

Esse passado, até então omitido, começa a ser reformulado a partir de 1980 com o fortalecimento dos movimentos de democratização do país. A nação foi então conclamada a exercer seus direitos de cidadania e as ruas passaram a ser tomadas por segmentos sociais e étnicos os mais variados possíveis. A ideia de nação homogênea (fruto do Estado Nacional) é forçada a adquirir novos contornos e a formular outros conceitos do que é ser cidadão brasileiro em uma sociedade formada pela diversidade, cujos atores distintos se mostram construtores da história e, sobretudo o negro e o branco pobre, passam a ser vistos como construtores da cultura brasileira. Pessoas até

então anônimas passam a escrever capítulos da história, da memória social nacional, tão mais representativa quanto maior for o sentimento de pertencimento do grupo ou do segmento social que a representa. Quanto maior for o poder de reconstrução do passado vivido, quanto maior o envolvimento emocional, quanto maior o poder de se trazer para o presente um passado que, mesmo idealizado, seja capaz de ressuscitar a nostalgia, de trazer de volta sensações e valores. Dessa forma, esse ressuscitar da memória começou a escrever uma nova história. E é essa nova história, a história popular, que está no centro da nova noção de patrimônio cultural, agora abrangendo o imaterial, o intangível.

Entenda-se nessa nova noção de patrimônio, que inclui o imaterial, as diferentes experiências dos grupos humanos, conjunto de identidades sociais carregado de memórias, relações sociais e simbólicas, saberes e práticas que representam uma sociedade e devem ser preservadas. Incluem-se nesse leque os saberes da cultura popular, as celebrações, as festas, a religiosidade, a musicalidade, as danças, as comidas e bebidas, as artes, o artesanato, os mistérios e mitos, a história oral e tantas expressões diferentes que fazem nosso país culturalmente tão rico e diversificado. É a valorização e a preservação da diversidade, muitas vezes única a alguns grupos sociais, que de dentro das suas áreas de subsistência ajudam a tecer o complexo tecido social formando a identidade da nação brasileira.

ALGUNS ASPECTOS DAS FESTAS

Ao longo da história a festa sempre ocupou um papel importante. Na Grécia clássica era o momento de fartura, onde o desperdício era aceito. No período colonial era uma forma de suportar as imposições da Metrópole portuguesa. Nas sociedades pré-modernas, com seu formato triplo, cujo tempo era dividido para o trabalho, lazer e o sagrado, as festas tanto poderiam preencher o período de confraternização e entretenimento quando o de religiosidade e, em alguns casos, atendia a ambos. Nas sociedades Pós-Revolução Industrial a festa passou a ser realizada no tempo disponível após o cumprimento dos deveres impostos pelo trabalho. Em todas essas fases da história, o tempo de festa sempre foi preservado.

Não existe sociedade humana sem festa, sejam elas seculares tradicionais ou modernas, pois a festa é “um espelho no qual o ser humano se reflete, buscando

respostas para sua condição de precariedade frente à vida" (LANTERNARI, 2001:15). Dessa forma, pode-se constatar que “as festas contribuem para a construção da identidade e da cultura nacionais” (LANTERNARI, 2001:15).

Festa e religião se unem em alguns momentos, contribuindo na mediação entre as diferenças culturais que se instalaram historicamente no Brasil e deram origem a uma cultura nacional diversificada. Segundo Durkheim, no divertimento em grupo, do mesmo modo que na religião, o indivíduo “desaparece” e passa a ser dominado pelo coletivo. Nesses momentos, apesar ou por causa das transgressões, são reafirmadas as crenças grupais e as regras que tornam possíveis a vida em sociedade. Ou seja: o grupo reanima "periodicamente o sentimento que tem de si mesmo e de sua unidade. Ao mesmo tempo, os indivíduos são reafirmados na sua natureza de seres sociais" (DURKHEIM, 1968:536). Com o passar do tempo, a consciência coletiva tende a perder suas forças e tanto as cerimônias festivas quanto os rituais religiosos se tornam imprescindíveis para reavivar os laços sociais que correm, sempre, o risco de se desfazerem.

Neste sentido, pode-se imaginar que, quanto mais festas um dado grupo ou sociedade realizarem, maiores serão as forças na direção do rompimento social às quais elas resistem. As festas seriam uma força no sentido contrário ao da dissolução social e das barreiras sociais. Pode-se compreender, portanto, que as festas representam as forças vitais que mantêm vivo o tecido social, independente de cor e raça. A festa é “a ocasião em que, nas sociedades hierarquizadas, se aproximam e confraternizam as diferentes classes sociais e onde, nas sociedades de fratrias, os grupos complementares e antagonistas se confundem, atestam sua solidariedade” (CAILLOIS, 1950:166).

“A festa não é só um fenômeno social e sim uma expressão das principais utopias humanas, pós Revolução Francesa – de liberdade, igualdade e fraternidade” (AMARAL, 1998). “Se a modernidade enquanto moda e momento é também a permanência do transitório e da incerteza, festas tradicionais conseguem sobreviver à globalização e manter a tradição e preservação de um povo e seus costumes” (MARTINS, 1993:51).

Deve-se, portanto, procurar compreender as festas enquanto fatos sociais, antropológicos, complexos, advindos de tradições arraigadas na cultura brasileira, embora não exclusivos dessa.

FESTA: CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E CULTURA NACIONAL

Em geral, as festas e manifestações populares são também um fato político, cívico, religioso ou simbólico; preservam e reforçam a identidade de uma nação, algumas vezes a regionalidade no contexto da mundialização e possibilitam a construção da sociabilidade no país (DEL PRIORE, 2009:71). Sendo assim, a festa pode ser entendida como um elemento constitutivo do modo de vida brasileiro, especificamente popular; um conjunto de cerimônias e de rituais coletivos, pois na festa há sempre um motivo de agregação dos participantes, que reafirmam laços sociais e aproximam-se traduzindo a cultura popular, a linguagem do povo e sua própria identidade. A festa, para Durkheim (1968), possui a capacidade de ampliar a percepção que o homem tem das relações sociais, ele se sente pertencente à determinada comunidade, com raízes comuns entre seus integrantes e ainda capaz de atrair a atenção de pessoas de fora dessa comunidade.

"A festa é, num sentido amplo, produção de memória e, portanto, de identidade no tempo e nos espaços sociais" (GUARINELLO, 2001:972). Assim, as festas estariam dentro de um quadro coletivo da memória, pois (re)produzem a história e a memória, marcadas por eventos distintos e refletidas nas festas populares, demonstrando que a agregação dos participantes não só pode gerar sentimento de identidade entre eles, como também pode ser influenciada e registrada tanto na memória individual quanto na coletiva. Em outras palavras: "qualquer que seja a relação da memória individual com a memória coletiva, é no âmago da primeira que se realiza de fato, a segunda" (MUKUNA, 2006:59).

As festas populares movimentam e resgatam lembranças e emoções e recriam algo que ficou na memória coletiva, sendo instrumentos valiosos de guarda dessa memória, pois não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado, é preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados e noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros. As festas são sempre as mesmas, sem nunca serem iguais, pois são resultantes do aprendizado que se dá pela interação social. Possuem dinâmica própria, transformando-se, atualizando-se, de forma lenta, fora do ritmo acelerado das expressões massivas, embora apresentem uma relação entre tradição e inovação, o que constitui um forte dinamismo, um elemento de

vitalidade. Sob este ponto de vista pode-se afirmar que as festas não são uma reprodução intacta de rituais passados; elas se mantêm "pela tradicionalidade e não pela sobrevivência do passado" (CAPONERO, 2009: 86).

Segundo Eliade (2008), a festa se apresenta como mediação entre o passado e o futuro, realizada no presente e através da qual a humanidade poderia caminhar no tempo, tanto para frente quanto para trás. Hobsbawm comprova essa continuidade com o passado ao afirmar que as festas populares podem ser entendidas como "um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado" (HOBSBAWM, 1997:9).

Dessa forma, as festas são a somatória de contribuições de diversas gerações que as mantém vivas e reavivadas na memória popular e consequentemente na memória coletiva da comunidade onde se realiza, tornando-as passíveis de serem convertidas em patrimônio cultural imaterial, pois nem mesmo a globalização, a industrialização, a urbanização, a indústria cultural e as redes de comunicação foram capazes de acabar com as festas populares (CAPONERO, 2009).

As festas constituem-se assim como eventos de grande poder aglutinador, marcando as comunidades e seus praticantes, sendo um elo identitário de pessoas e de grupos que permitem criar culturas, símbolos e identidades, sendo necessários esforços coletivos de preservação.

Considerando-se que o Brasil é um importante centro de cultura popular, conhecido por sua diversidade, miscigenação e pluralidade, Amaral afirma que:

> *(...) esse sincretismo contribuiu para a formação de um verdadeiro emaranhado genético que compõem as diversas etnias brasileiras, onde convivem mais de 70 nacionalidades, sem contar as dezenas de grupos ou de comunidades que se reúnem em torno dos mesmos ideais ou costumes, entrelaçando-se e celebrando suas tradições, determinando a formação da nossa variada cultura popular. Esse caldeirão cultural dá origem às várias festas populares que acontecem todos os dias nas diversas cidades brasileiras, atraindo milhares de pessoas e agregando uma grande riqueza cultural* (AMARAL, 1998:10).

Muitas festas populares sofreram certo abandono ao longo dos anos, mas outras se fortaleceram com o tempo, independente do sistema econômico ou de políticas governamentais interessadas em uma hegemonia cultural. São festas típicas de suas regiões que continuam permeando o dia a dia dos brasileiros, fazendo parte de uma cultura popular tradicional. Para Cluzeau, "(...) no resgate da memória – entendida como a capacidade de evocar o passado através do presente – e das práticas culturais, os habitantes e os gestores da localidade devem procurar uma convivência que possibilite a interação e a união de forças" (CLUZEAU, 2008:41).

É inegável que essas tradições sofreram alguns impactos e tiveram que adaptar-se às novas situações, mas as festas nunca desapareceram. As festas exercem resistência à globalização, elas sobreviveram às tentativas de hegemonia cultural refletindo o modo de pensar e agir da sociedade, sendo ainda tributárias do passado e enraizadas nos hábitos e costumes do povo.

O NEGRO E O BRANCO POBRE NAS FESTAS POPULARES

O rico calendário festivo brasileiro congrega diversas modalidades de festas: cívicas, profanas, religiosas, públicas, privadas, de brancos, de negros, de índios, do calendário agrícola e tantas outras que acabam evidenciando uma grande mistura de gente, raças, crenças e valores, que sempre estiveram presentes na história do país, emanando uma grande profusão de símbolos, que muitas vezes se misturam, se (con)fundem.

Essa mistura generalizada que se dava em praticamente todas as festas chama a atenção desde a época dos primeiros viajantes, pois ao lado de festas religiosas como as festas litúrgicas, em homenagem a santos e em procissões, a princípio de origem europeia, estão presentes comemorações tipicamente africanas.

No século XVIII era muito comum se observar nas comemorações oficiais - como coroações, aniversários ou mesmo falecimentos (que eram uma grande festividade) - aparições dos monarcas oficiais. Mas, se nas cerimônias oficiais a aparição era de "reis reais", nas festas do Divino, no Dia dos Santos Reis, nas congadas, nas cavalhadas e nos batuques eram os reis do Congo, os reis negros que regiam a festa. Perez afirma que "cada majestade conduzia seu próprio séquito e contava suas próprias

histórias. Nosso ambiente festivo era (e ainda é) profundamente marcado por conflitos e hierarquias" (PEREZ, s/d:9).

As festas de Corpus Christi, ou mesmo dos santos padroeiros, referências para o estudo das festas, notadamente religiosas, do catolicismo romanizado, se fundem com as festas dos negros, sobretudo com a congada. Não há uma separação rígida, uma está contida dentro da outra, do mesmo modo que há "trânsitos étnicos como o de negros que participam das festas cívicas e das festas religiosas da Igreja" (PEREZ, s/d:10).

Há uma grande dificuldade de compreensão dos usos e costumes brasileiros, pois são tão diversos quanto as cores da população. Segundo Freireyss, "há, porém, dois extremos na vida em que os homens pouco divergem entre si, os quais são a alegria e a dor, as festas e o luto" (FREIREYSS 1982:114 apud PEREZ, s/d:11). Assim as festas mostram-se como uma maneira de viver na sociedade, de se relacionar com o mundo e de viver o espaço urbano, espaço próprio de miscigenação de pessoas, coisas, valores e costumes.

Durante muito tempo, as festas dos brancos, da elite, eram os bailes, as "*soirées*", jantares nas casas de famílias respeitadas, os jogos da aristocracia e outras manifestações que se mantiveram no espaço privado. Foi com as festas cívicas e religiosas que a aristocracia passou para o espaço público, até então considerado espaço do negro e do branco pobre, espaço de trabalho ou de diversão apenas para esse grupo desprovido de recursos financeiros e de referências culturais aceitáveis para a elite.

Nos séculos XVI e XVII foram raras as alusões às manifestações culturais dos negros e durante todo o período colonial as alusões às festas sempre foram objeto de descrições caricatas e depreciativas. Mas, aos poucos, às comemorações religiosas católicas foram sendo acrescentadas comemorações profanas e as festas dos negros, forros e escravos acabaram ganhando espaço.

Os batuques, calundus ou sambas eram considerados desonestos pelos representantes do poder político-administrativo e religioso, eram manifestações temidas pelas elites. Essas festas dos negros estavam sempre associadas à desordem, ao sensualismo e ao consumo de álcool, sendo ressaltado o primitivismo de seus autores e o atentado aos códigos morais de uma sociedade europeia e cristã. Dias afirma que "a participação de mestiços e brancos pobres nos eventos musicais dos negros das zonas urbanas, a partir do século XVIII, torna-se motivo de crescente preocupação das

autoridades policiais, que passam a proibi-las, temendo as desordens" (DIAS, 2001:861).

Por outro lado, as festas públicas associadas às irmandades negras e aos reis do Congo eram consideradas "honestas" para os escravos e incentivadas pelos senhores que, em alguns casos, até mesmo davam apoio financeiro:

> *As festas em torno dos reis congos mostram-se, desde o início, duplamente fecundas. Para os brancos, estar patrocinando a festa significava, além de um meio de dissipar disposições revoltosas dos escravos, a oportunidade de ostentar publicamente seus negros cristianizados e bem vestidos, reforçando assim seu status perante a sociedade local* (DIAS, 2001:864).

Assim, tanto as festas consideradas "desonestas", que durante muito tempo mantiveram-se nos terreiros, como as festas ligadas às irmandades negras – aquelas que possuíam uma matriz cultural e religiosa africana – acabaram ganhando as ruas e espaços públicos e, por meio das danças de cortejo afro-católicas, buscaram inserir-se nas festividades da sociedade branca, ganhando certa visibilidade social, com a adoção de valores religiosos e morais da classe dominante, sendo então valorizadas e contribuindo para a formação do patrimônio imaterial brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fragmentação do espaço urbano, a modernização dos meios de comunicação, a cultura de massa, a padronização e homogeneização de comportamentos e valores difundidos pela indústria cultural há algumas décadas, têm se tornado uma ameaça às manifestações culturais regionais e nacionais, sejam elas festas, danças, rituais, e tantas outras formas de expressão, saberes e fazeres.

Na análise da trajetória do patrimônio imaterial constata-se que ao longo das últimas décadas algumas convenções, conferências, cartas patrimoniais nacionais e internacionais, realizadas entre as décadas de 1970 e 1990, em muito ajudaram na formulação dos primeiros passos para o reconhecimento, registro e salvaguarda, assim como na elaboração de uma legislação específica para esse tipo de recursos culturais que não possuem na salvaguarda da materialidade sua referência para transmissão às futuras gerações. Dessa forma, as práticas, os saberes e fazeres que dão sentido ao

patrimônio imaterial passaram a ter assegurado seu direito de existência diante de toda a mercantilização e espetacularização trazidos com a globalização evitando, assim, que a cultura, memória e identidade nacional sejam desconfiguradas e até absorvidas pela indústria do lucro.

A Constituição da República Federativa do Brasil e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tentam garantir a preservação da paisagem cultural brasileira. Mas, além de convenções, cartas patrimoniais e leis, é imprescindível a participação do povo, para o reconhecimento e legitimação, por parte do Estado, desse patrimônio imaterial como patrimônio nacional brasileiro. É preciso urgentemente pensar em possibilidades para que negros, brancos, pobres ou não, desse país tenham a consciência da importância de suas tradições para a identidade nacional. É fundamental garantir que a ideia de Gilberto Freire de que a nação brasileira teve sua origem na formação tripartite constituída por brancos, negros e índios. Essa formação ainda pende para o lado do colonizador europeu, embora os negros e índios tenham influenciado em grande medida nossas práticas e costumes.

Até agora, percebe-se que essas tradições populares sobreviveram porque as comunidades se empenharam em suas realizações periódicas, muitas vezes, sem ou com pouquíssima interferência do Estado ou do poder local. Em sua maioria, negros, brancos ou mulatos ocupam as ruas e demais locais públicos para escreverem capítulos de uma história carregada de tradição sem sequer terem consciência da importância desses rituais para a identidade brasileira. São personagens anônimos e, ao mesmo tempo, figuras centrais na produção de relatórios e dossiês de caráter oficial necessários para o registro e salvaguarda como patrimônio imaterial. São os verdadeiros construtores dessa cultura popular que diante da diversidade e globalização passa a ser um produto de consumo altamente lucrativo, sobretudo as festas populares, algumas delas conhecidas em âmbito nacional e até internacional. Um produto brasileiro com poder de atrair turistas do mundo inteiro.

As cartas patrimoniais, convenções internacionais e leis nacionais ajudam na preservação do rico patrimônio imaterial diante de um mercado voraz. Porém, aliado a todo esse trabalho institucional existe a necessidade de alerta para a importância de conscientização da população sobre a riqueza cultural gerada e sustentada por esse grupo de descendentes africanos, desterrados, escravizados e explorados pelas elites

europeias ao longo dos últimos 500 anos no Brasil. Assim, a história do povo estará um pouco mais protegida da influência do mercado e a memória da nação poderá reter e levar às futuras gerações a verdade, a riqueza e a beleza das manifestações que o negro associou à tradição portuguesa nessa junção de culturas que foram inerentes à nação brasileira. A modernidade pode se adaptar a essa memória sem destruí-la, possibilitando que no futuro ainda persistam essas manifestações que resumem a tradição mais legítima do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. *Festa à Brasileira: Significados do festejar, no país que "não é sério".* 1998. 380f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade e São Paulo, São Paulo, 1998.

CAILLOIS, Roger. *L'homme et le sacré*. Paris: Gallimard, 1950.

CAPONERO, Maria Cristina. *Festejando São Benedito:* a congada em Ilhabela. 2009. 304f. Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte) – Programa de Pós Graduação em Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.

CLUZEAU, C. Origet du. *Le tourisme culturel*. Paris: Puf, 2000. Apud LEITE, Edson. *Turismo Cultural e Patrimônio Imaterial no Brasil*. 2008. 298p. Tese (Livre-Docência em Cultura, Arte e Lazer) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DIAS, Paulo. A outra festa negra. In: JANCSÓ, István e KANTOR, Íris (Orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa.* São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp; Imprensa Oficial, 2001.

DURKHEIM, Emile. *Les formes élémentaires da la vie réligieuse*. Paris: PUF, 1968.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano.* São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Record, 1995.

FREIREYSS, Georg Wilhem. Apud PEREZ, Léa Freias. Festas e viajantes nas Minas oitocentistas. *Comunidade virtual de Antropologia.* Artigo nº 39, sem data. Disponível em:
<http://www.antropologia.com.br/arti/arti39.htm>. Acesso em: fev 2011.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István e KANTOR, Íris (Orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp; Imprensa Oficial, 2001.

HOBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LANTERNARI, Vittorio. Festa, carisma, apocalisse. Palermo: Sellerio, 1987. Apud FERREIRA, Maria Nazareth. *As Festas Populares na Expansão do Turismo*. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

LEITE, Edson; CAPONERO, Maria Cristina; PEREZ, Simone. Patrimônio Imaterial: a lógica do mercado globalizado e as festas populares na América Latina. *Revista Extraprensa do CELACC*. Edição Especial 1E, ano 4, vol. 1, novembro de 2010, p. 840-853. Disponível em: <http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/extraprensa>.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho.* São Paulo: Hucitec, 1993.

MUKUNA, Kazadi wa. *Contribuição Bantu na Música Popular Brasileira:* Perspectivas etnomusicológicas. São Paulo: Terceira Margem; CESA, 2006.

PEREZ, Léa Freias. Festas e viajantes nas Minas oitocentistas. *Comunidade virtual de Antropologia.* Artigo nº 39, sem data. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/arti/arti39.htm>. Acesso em: fev 2011.